

# Para nossas crianças, nem cadeia nem caixão

*15 anos após criação do ECA, crianças e adolescentes continuam desprotegidos. Veja, nesta edição, reportagens sobre o colapso do sistema sócio-educativo e das políticas públicas voltadas para a infância e adolescência – páginas 3 a 7*



Foto: UNICEF/2003/Tracy - Phillips

Concursos públicos: confira as novidades e tire suas dúvidas – páginas 8 e 9

CRP-RJ promove pré-estréia do filme O Profeta das Águas – páginas 10 e 11

Conselho participa do VI Fórum Social Mundial em Caracas – página 12

CRP-RJ na luta contra o projeto do Disque Saúde Psi – página 13

Desativação da Polinter causa caos no sistema prisional – página 17

Hospitais psiquiátricos do Rio sofrem com abandono – página 18

# CRP-RJ e psicólogos: unidos novamente

É certo, não é uma fácil tarefa. Anos de má gestão, de insensibilidade, de baixa politicagem que visava apenas interesses grupais, levaram a esta situação que agora enfrentamos. Estabelecer laços com a categoria dos (as) psicólogos (as) que não se baseiem em clientelismo não se faz em pouco tempo. É um trabalho paciente cimentar um espaço onde se possa estabelecer relações de troca amigável e frutífera, embora possam estar atravessadas pelas diferenças: reconhecidas, aceitas, elaboradas.

Há cerca de três anos, após os históricos dias de março de 2003, o CRP-RJ vem tentando superar o descrédito, por vezes a franca hostilidade, que surge e se manifesta francamente, em certos elementos e bolsões de categoria, diante de sua atuação. Tentamos restabelecer a comunicação com os (as) psicólogos (as). Mudamos nosso meio de comunicação oficial, tornando-o mais ágil, com matérias que consideramos esclarecedoras de certos aspectos da atuação do Conselho, e de sua relação com a categoria e a sociedade. Conclamamos a categoria a ocupar o Conselho. Em alguns momentos, nossas conclamações foram ouvidas: em 2005, o CRP-RJ realizou um encontro com os psicólogos que trabalham no Sistema Prisional do Rio de Janeiro, atendendo a um chamado do Conselho Federal de Psicologia, que fizera um convênio com o DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional. Dos poucos mais de cem psicólogos que trabalham nestes estabelecimentos no Rio de Janeiro, mais de sessenta lotaram o auditório do Conselho, e manifestaram sua satisfação por este contato, há muito ansiado por eles, e que deverá ser seguido por outros, na cooperação mútua que se pretende.

Estivemos a convite do CFP presentes ao Fórum Social Mundial, em Caracas, lançando a campanha contra as prisões e manicômios, eco-

ando a canção de 1973, de Joan Baez “...we’re gonna raze / the prisons / to the ground” – vamos derrubar as prisões ao chão.

Alguns talvez duvidem desta possibilidade: estabelecer entre o CRP-RJ e os profissionais relações de confiança mútua, de apoio e cooperação de parte a parte, que se mantenham fundadas no rico e fértil solo das diversidades e das diferenças. Afinal, lembram, o Conselho não está aí para cobrar, vigiar, fiscalizar e punir? O panóptico foucaultiano não espereita e informa nossas atividades? Não é esta, afinal, nossa tarefa preciosa, estabelecida por lei? Sim, é.

É uma delas, mas não é a única, e cremos que possa não ser a principal, ou hegemônica. “Orientar” também é nosso objetivo, e está, como “disciplinar” e “fiscalizar” inscrita na lei. Na verdade, é a primeira a ser citada, e nossos esforços são para torná-lo, em nossas práticas, na relação com a categoria, a primeira e principal atividade do Conselho.

Não estamos abrindo mão de disciplinar e fiscalizar o trabalho do (da) profissional psicólogo (a); queremos tentar mudar a ênfase de nossas relações com a categoria, orientando e esclarecendo mais para podermos fiscalizar e punir menos.

Também não queremos pintar com cores épicas este pequeno sonho, ou erguê-lo pretensivamente às nuvens soberanas; mas acalentá-lo, como uma pequena criança, lembrando os versos de Nicolás Guillén, traduzidos por Manuel Bandeira, em “Elegia a Jacques Roumain no céu de Haiti”.

“Eis que se ergue a velha lança  
Arde em nossas mãos a esperança  
A aurora é lenta, mas avança”

José Novaes  
Conselheiro Presidente – CRP-RJ

## Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro – CRP/RJ

Rua Delgado de Carvalho, 53 – Tijuca - CEP: 20260-280 Tel/  
Fax: (21) 2139-5400 - E-mail: crprj@crprj.org.br  
site: www.crprj.org.br

### Diretoria Executiva:

José Novaes - Presidente - CRP 05/980  
Marília Alvares Lessa - Vice-presidente - CRP 05/1773  
Maria Christina Magalhães Orrico - Secretária - CRP 05/927  
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho - Tesoureiro - CRP 05/26077

### Membros Efetivos:

Alessandra Daflon dos Santos - CRP 05/26697  
Alexandre Bárbara Soares - CRP 05/27167  
Ana Lucia de Lemos Furtado - CRP 05/465  
Cecília Maria Bouças Coimbra - CRP 05/1780  
Fabiana Castelo Valadares - CRP 05/28553  
José Henrique Lobato Vianna - CRP 05/18767  
Luiz Fernando Monteiro Pinto Bravo - CRP 05/2346  
Maria Beatriz Sá Leitão - CRP 05/3862  
Maria Márcia Badaró Bandeira - CRP 05/2027  
Noeli de Almeida Godoy de Oliveira - CRP 05/24995  
Rosilene Souza Gomes de Cerqueira - CRP 05/10564

### Membros Suplentes:

Ana Paola Frare - CRP 05/26474  
Carla Silva Barbosa - CRP 05/29635  
Cynthia Maria da Costa Losada - CRP 05/16800  
Marcos Carlos Adissi - CRP 05/28455  
Mônica Maria Raphael da Roza - CRP 05/22833  
Nélio Zuccaro - CRP 05/1638  
Paula Rebello Magalhães de Oliveira - CRP 05/23924  
Queiti Batista Moreira Oliveira - CRP 05/29630  
Sílvia Helena Santos do Amaral - CRP 05/10287  
Valéria da Hora Bessa - CRP 05/28117  
Valéria Marques de Oliveira - CRP 05/12410  
Walter Melo Júnior - CRP 05/19407

### Comissão Editorial:

Alessandra Daflon dos Santos  
Alexandre Bárbara Soares  
Carla Silva Barbosa  
Cecília Maria Bouças Coimbra  
Maria Beatriz Sá Leitão

### Jornalista Responsável

Marcelo Cajueiro - MTB 15963/97/79

### Projeto Gráfico

Octavio Rangel

### Redação

Liza Albuquerque  
Bárbara Skaba (estagiária)

### Produção Editorial

Diagrama Comunicações Ltda.  
(21) 2232-3866 / 3852-6820

### Impressão

Ediouro Gráfica e Editora S/A

### Tiragem

26.000 exemplares

### Periodicidade

Trimestral

Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do CRP-RJ.

O Jornal do CRP-RJ é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

## Filiado à União Latino Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI)

As cartas para o Jornal do CRP-RJ devem ser enviadas para a sede do Conselho ou para o e-mail [ascom@crprj.org.br](mailto:ascom@crprj.org.br)

# 15 anos após Estatuto, crianças e adolescentes continuam desprotegidos

## **Relatório do Unicef reprova políticas brasileiras para a infância**

Já se passaram 15 anos desde a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considerado uma das leis infanto-juvenis mais modernas e progressistas do mundo, mas será que podemos comemorar mudanças significativas na área da infância e adolescência no Brasil? De acordo com relatório “Situação Mundial da Infância 2005”, lançado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no final de dezembro, o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer. Em uma lista de 193 países em que o primeiro lugar é ocupado por Serra Leoa, o Brasil está na 88ª posição. Em comparação com seus vizinhos sul-americanos, o país tem a quarta pior colocação, ficando apenas na frente de Bolívia, Guiana e Suriname.

Mesmo sendo um grande progresso em relação aos antigos Códigos de Menores de 1927 e de 1979, o ECA não conseguiu sair do papel. O Estatuto visa garantir os direitos das crianças e dos adolescentes, principalmente através das políticas sociais básicas e da proteção especial.

O ECA fundamenta-se na doutrina da proteção integral, que considera a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e pessoas em situação peculiar de desenvolvimento. Faz uma distinção entre criança (de zero a 12 anos incompletos) e adolescente (entre 12 e 18 anos), o que traz consequências em termos de responsabilização frente ao ato infracional.

*(Continua na próxima página)*



(Continuação da página anterior)

Assim, verificado o ato infracional, o adolescente, além de medidas de proteção, poderá receber uma medida sócio-educativa, o que não pode acontecer com a criança, que deverá apenas receber medidas de proteção. Também deverão receber medidas de proteção a criança e o adolescente vítimas de omissão, abuso, negligência, maus-tratos ou qualquer outra violação de seus direitos. “As medidas de proteção devem ser aplicadas sempre que os direitos reconhecidos pela legislação forem ameaçados ou violados. Assim, se por acaso os pais não conseguirem matricular a criança ou o adolescente, por falta de vaga na escola, o Conselho Tutelar pode e deve acionar distintos mecanismos para assegurar este direito”, disse a psicóloga Esther Arantes, coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Aos direitos da criança e do adolescente corresponde o dever do Estado, da família e da sociedade de garanti-los. Quando um desses setores falha, tenta-se recompor os direitos violados por meio de uma medida de proteção. Só que nem sempre estes aspectos são claros e resolu-

dos de forma adequada. “Muitas vezes a pobreza dos pais é confundida com omissão, negligência e maus-tratos, quando, por exemplo, se retira a criança de pais moradores de rua por supostamente encontrar a criança em situação de risco. Envia-se a criança a abrigo ou lar substituto, quando a própria família necessita de apoio e medidas de proteção, inclusive para poder manter as crianças. O Estatuto diz que a criança tem o direito de conviver com sua família e prevê programas de apoio familiar, que nem sempre existem”, disse Esther.

A medida sócio-educativa, também prevista pelo ECA, pode ser aplicada somente aos adolescentes. Por encontrar-se em uma situação peculiar, ao adolescente não é imputada uma pena, como aos adultos, e sim uma medida sócio-educativa, cuja proposta é recuperar sua cidadania, investindo em sua educação e capacitação profissional. Infelizmente, na prática, não é assim que funciona. “Grande parte das unidades de internação de adolescentes no Brasil funciona, na realidade, voltada para a contenção e o encarceramento”, afirma Esther.

De acordo com os familiares de adolescentes que cumprem medida sócio-educativa de internação e, portanto, vivenciam na pele a realidade do sistema, esses jovens vivem em condições degradantes. “Meu filho e os outros meninos são humilhados e espancados pelos agentes. Recebem comida estragada para comer e não têm uma higiene apropriada. Alguns até desenvolvem feridas na pele”, disse Mônica Cunha, fundadora do Movimento de Mães pela Garantia dos Direitos dos Adolescentes no Sistema Sócio-Educativo do Rio de Janeiro, mais conhecido como Movimento Moleque (saiba mais sobre o trabalho das mães do Movimento Moleque na entrevista da página 6).

O ECA regulamenta o artigo 227 da Constituição de 1988, que determina que “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação,

## ECA: boas intenções, poucos resultados

Em 1988, com a Constituição Federal, e em 1990, com o Estatuto da Criança e do Adolescente, inicia-se uma transformação legal no modo de definir a chamada “questão do menor”. Contribuíram para este início de transformação, no plano interno, a luta pelo fim da ditadura militar e pela democratização do Brasil e os movimentos sociais que eclodiram por todo o país. No plano externo, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança das Organizações das Nações Unidas, em 1989, também teve um papel importante.

A Assembléia Geral das Nações Unidas adotou em 1989 a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, um aprofundamento da Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959. Hoje, a Convenção, ratificada por praticamente todos os países do mundo, é o instrumento de direitos humanos mais aceito.

A Convenção da ONU prevê que a criança deve ser protegida contra a discriminação e

todas as formas de desprezo e exploração; que os governos devem garantir a prevenção de ofensas às crianças e a provisão de assistência para suas necessidades básicas; que a criança não poderá ser separada de seu ambiente familiar, exceto quando estiver sofrendo maus tratos ou quando a família não zele pelo seu bem-estar. Diz que toda criança tem direito à educação, à saúde, que será protegida contra qualquer trabalho que seja nocivo à sua saúde, estabelecendo para isso idades mínimas para a admissão em empregos, como também horários e condições de trabalho.

Essas diretrizes passam a estar, em parte, presentes no Brasil a partir de 13 de julho de 1990, dia em que o ECA foi instituído como lei federal para regulamentar o artigo 227 da Constituição Federal. O Estatuto, ao adotar a doutrina da proteção integral, define crianças e adolescentes como pessoas em desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de

proteção integral.

Ao longo de seus 267 artigos, o Estatuto dispõe sobre a proteção integral e a política de atendimento à criança e ao adolescente, incluindo-se aí os procedimentos e medidas a serem adotadas nos casos dos adolescentes em conflito com a lei. Um dos elementos fundamentais do ECA é a participação popular direta na fiscalização e cobrança política: a lei diz explicitamente que quem tem que atuar politicamente sobre a infância não é só o Estado, mas este em conjunto com a sociedade organizada. Os Conselhos Tutelares e os Conselhos de Direito seriam os instrumentos para viabilizar a participação da sociedade na proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

Apesar de tudo isso, mesmo sendo referência mundial em termos de legislação destinada à infância e à adolescência, o Estatuto ainda não é cumprido pelas autoridades competentes e pela própria sociedade.

exploração, violência, crueldade e opressão.” Para isso, o Estatuto prevê dois tipos de Conselhos: os Conselhos de Direito e os Conselhos Tutelares.

Os Conselhos de Direito, responsáveis pela elaboração de políticas públicas voltadas à infância e à adolescência, são divididos em três esferas: municipal, estadual e federal. No estado do Rio de Janeiro, todos os seus 92 municípios possuem um Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente (CMDCA), mas muitas cidades brasileiras ainda não têm seu conselho formado.

Os Conselhos Tutelares, outro tipo de conselho instituído pelo ECA, atuam nos casos de ameaça à violação de direitos fundamentais da criança e do adolescente. No antigo Código de menores, quem decidia, investigava e julgava era o juiz, que tinha quase um poder absoluto. Nesse processo, não havia controle nem participação da sociedade. Hoje, o juiz e a promotoria da infância são obrigados a compartilhar esse poder com os Conselhos Tutelares, feitos por pessoas escolhidas pela sociedade, que participam e zelam pelo direito da criança.

Deve existir pelo menos um Conselho Tutelar em cada cidade brasileira, mas isso pode variar conforme o tamanho do município. Na cidade do Rio de Janeiro, existem dez e em Niterói, três. Apesar de serem mantidos com recursos do município, os Conselhos Tutelares são órgãos autônomos, que no estado do Rio de Janeiro são vinculados à Secretaria de Assistência Social.

As decisões dos conselheiros tutelares baseiam-se principalmente na assessoria prestada pela equipe técnica do Conselho, formada em geral por psicólogos, assistentes sociais, advogados, pedagogos etc. A existência dessa equipe não é obrigatória por lei, mas em muitos municípios elas têm o papel de subsidiar as decisões dos conselheiros e trazer conhecimentos que criem mudanças na instituição. “Os Conselhos Tutelares podem ser órgãos de promoção de políticas públicas sérias ou de reiteração das formas de exclusão existentes”, diz Alexandre Nascimento, psicólogo e conselheiro tutelar de Niterói. “Cabe ao psicólogo e a outros profissionais que atuam na área problematizar ações já instituídas e propor formas de desnaturalizar as práticas de exclusão.”

## Unicef lança relatórios sobre a situação das crianças

No dia 14 de dezembro de 2005, o Fundo das Nações Unidas para Infância lançou em 12 cidades brasileiras os relatórios Situação Mundial da Infância e Situação da Infância Brasileira. A publicação sobre o Brasil lembra a importância da primeira infância, que vai até os seis anos de idade, e apresenta dados sobre as condições de vida de crianças do país. Já o documento global, que apresenta um ranking de 193 países baseado na taxa de mortalidade na infância, tem como foco principal as crianças pobres e excluídas.

Segundo o Unicef, o Brasil realizou alguns importantes avanços nos cuidados com crianças de até seis anos, mas ainda deixa muito a desejar no atendimento aos adolescentes em conflito com a lei. Apesar dos documentos do Unicef destacarem como positivas algumas experiências, o Brasil é retratado como um país com problemas graves no atendimento aos adolescentes que cumprem medida sócio-educativa de internação.

O Comitê sobre os Direitos da Criança do Unicef em sua 37ª sessão levantou uma série de questões sobre os procedimentos de proteção em relação aos adolescentes mantidos pelo sistema judiciário brasileiro e de outros países. Diversas denúncias incluíam relatos de tortura e mortes extrajudiciais em instalações penitenciárias.

Segundo o relatório Situação Mundial da Infância, “as crianças correm risco de violência enquanto estão detidas, tanto antes como depois de serem julgadas, o que inclui violência física e sexu-

al praticada por detentos, guardas, policiais adultos ou por outros internos jovens. O regime correcional é, por si próprio, excessivamente violento, envolvendo detenção por tempo indeterminado, longos períodos de isolamento, ou, como alternativa, convivência com prisioneiros adultos em condições de superpopulação e saneamento inadequado”.

Os avanços no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio são lembrados pelo relatório mundial do Unicef, que também chama a atenção para as crianças que estão sendo deixadas para trás: aquelas que trabalham, que são discriminadas por razões raciais e étnicas e as meninas que estão fora da escola.

O relatório Situação da Infância Brasileira traz notícias recentes após análise e classificação de todos os 26 estados e os 5.560 municípios do país de acordo com o Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI). Ao comparar a situação da infância brasileira entre 1999 e 2004, o Unicef constatou que o IDI subiu de 0,61 para 0,67 (no índice, quanto mais perto de 1, melhor as condições de vida das crianças).

Segundo o Unicef, as crianças negras e indígenas são especialmente vulneráveis. Em alguns povos indígenas, como o Saterê-Mawé no Amazonas, 66% das crianças não têm registro civil.

No que diz respeito à mortalidade infantil, crianças negras têm índice de 38 mortes para cada mil nascidas vivas, enquanto entre as crianças brancas, a taxa é de 22,9 por mil.

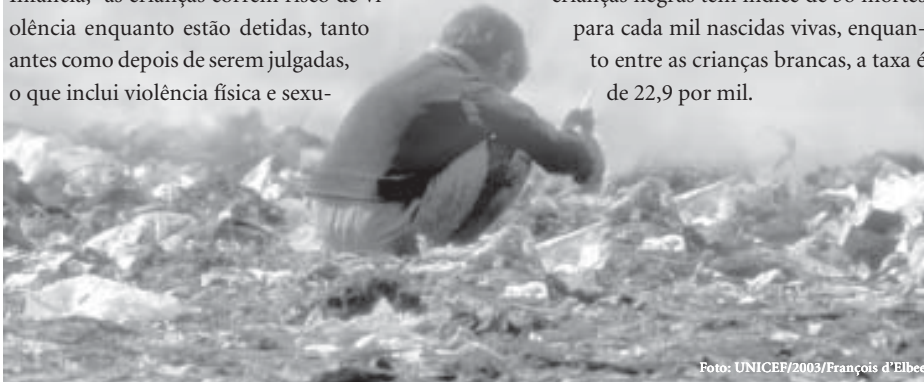


Foto: UNICEF/2003/François d'Elbee

# Entrevista com Mônica Cunha

*Criado há aproximadamente três anos pelas mães dos meninos internados nas unidades do Sistema Sócio-Educativo do Rio de Janeiro, o Movimento Moleque começa a dar frutos. O relatório “O Sistema Sócio-Educativo na Visão das Mães”, que foi lançado no final de 2005, apresenta um diagnóstico e propostas de solução para as condições desumanas e degradantes em que vivem os adolescentes internados em unidades do Degase, a partir do ponto de vista de quem vivencia de perto a falência desse sistema. Em entrevista ao Jornal do CRP-RJ, Mônica Cunha, uma das fundadoras do Movimento Moleque, revela as mazelas do sistema e o que as Mães do Degase têm feito para mudá-lo.*



## Como surgiu o Movimento Moleque?

O Movimento de Mães pela Garantia dos Direitos dos Adolescentes no Sistema Sócio-Educativo, mais conhecido como Movimento Moleque, nasceu em 2003, pois foi nesse ano que meu filho entrou no sistema. Até então, não conhecia essa realidade e foi aí que vi que naquele ambiente o meu filho não teria chance alguma e, provavelmente, acabaria entrando no sistema prisional depois. Foi aí que, com aproximadamente 50 outras mães, começamos um trabalho no Educandário Santo Expedito, em que reivindicamos alguns direitos perante o diretor da unidade. Porém, nossos pedidos não foram atendidos.

Até então eu era cozinheira e não conhecia nada desse sistema, mas o que entendia é que a situação em que meu filho estava não podia continuar. Meu filho e todos os outros meninos reclamavam que eram humilhados e espancados pelos agentes, que a comida era estragada, que ficavam o dia inteiro sem fazer nada, que a unidade estava superlotada. O Educandário Santo Expedito passou recentemente por uma reforma, mas na época o reboco das paredes caía, havia infiltrações. Os meninos ficavam em verdadeiros buracos, onde nem os bichos de zoológico ficam. É a família que banca os meninos lá dentro e não o Estado. Somos nós que levamos pasta de dente, toalha, sabonete, comida decente etc.

## Por que vocês decidiram fazer o relatório?

Depois que o Movimento Moleque se organizou, nós começamos a percorrer outras unidades do sistema e conhecemos outras mães. Fizemos contato com algumas ONGs, com o Ministério Público e a Defensoria Pública. No começo de 2004, já estávamos nos tornando um movimento conhecido e vimos que precisávamos de um documento que pudesse mostrar à sociedade o que estava acontecendo com os nossos meninos dentro do Degase. Para quem está ou trabalha no sistema, o relatório não traz nenhuma novidade, mas grande parte da sociedade desconhece essa realidade. O nosso diferencial é que esse é um relatório feito pelos próprios familiares dos adolescentes e retrata a situação do sistema sócio-educativo do Rio de Janeiro. É a visão de quem sofre as consequências da perversidade do sistema.

## Quais foram as principais questões abordadas no relatório?

Nós fizemos denúncias do que os familiares dos integrantes do Movimento Moleque viram dentro do Degase. Cada um contou o que aconteceu com seu próprio filho: torturas, espancamentos, maus-tratos, péssimas condições de higiene, problemas de saúde como a sarna, uso indiscriminado de drogas. Falamos também da revista íntima, situação degradante pela qual passam os familiares. Muitas senhoras são obriga-

das a ficar nuas e passam por uma revista que mais parece um exame ginecológico. Porque eles não utilizam detectores de metais? Será que não há outra forma de fazer essa revista? Propomos também no relatório que sejam criados projetos de ressocialização para ocupar o tempo dos adolescentes dentro das unidades.

## Que tipo de resposta vocês tiveram após a publicação do relatório? Alguma coisa mudou desde então?

Fizemos um seminário em julho de 2005 para apresentar o relatório “O Sistema Sócio-Educativo na Visão das Mães” à sociedade, mas só o Ministério Público mandou representante ao evento. Depois, batemos na porta de outras instituições, como a Secretaria da Infância e da Juventude, a 2ª Vara da Infância e da Juventude, a Defensoria Pública, o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente e o Degase, onde entregamos o relatório pessoalmente. Além disso, também levamos o relatório a algumas ONGs e algumas universidades. Divulgamos o relatório a todo mundo que trabalha ou está interessado na temática de adolescentes em conflito com a lei. Nós, mães, fomos muito elogiadas pela mídia e pelas ONGs, mas até agora não tivemos nenhuma resposta das pessoas que realmente têm o poder de mudar a situação dos adolescentes.

# Uma reflexão sobre as políticas de atendimento à infância

**Eliana Olinda Alves\***



A visibilidade do sentimento de infância, valorizado em seu aspecto psicológico, engendrou campos de saberes e práticas voltadas à promoção do bem estar social e emocional de crianças e adolescentes. No campo jurídico,

essa promoção se presentifica na preocupação do Estado com o futuro cidadão, no século XIX, através do movimento higienista advindo com o capitalismo industrial. No Brasil, tais idéias se solidificam no campo do saber científico e político em meados do século XIX, com grande repercussão no século XX. A preocupação com a temática da criança e uma definição de infância surgem com maior expressão na aliança entre a medicina e o direito.

Tal aliança marcará duas representações do mundo infantil: uma do mundo infantil intimista, familiar burguês, educando e preparando para o futuro; outra, a criança desvalida, desenhada na pobreza, sem família ou com *família destruturada*; seu futuro incerto fará com que receba, entre outras, a denominação de “criança carente”. Tais noções produzirão, a partir do projeto filantrópico, a *infância em perigo*, tendo como desdobramentos dessa representação as práticas de ideário salvacionista e de cunho assistencialista.

*Podemos assinalar que a preocupação com uma política de atendimento voltada à infância teve como alvo principal a criança pobre. O Estado foi assumindo o controle e a responsabilidade sobre as crianças, em especial as pobres, favorecendo sua educação e punindo a família que não fosse capaz de cuidar condignamente de seus filhos, futuros cidadãos. A criança pobre foi transformada em objeto-de-intervenção pelo Estado, denominada menor e pensada com as noções de educabilidade, cuidados e controle. Isto marcou o surgimento de um corpo técnico especializado a partir da idéia de educação vigiada para trata-*

*mento de crianças, bem como um conjunto de regulamentos e sistemas administrativos, submetidos à vigilância de um serviço público, sob tutela do Estado.*

Desde o século XIX, essa idéia de tratar a infância pobre, definida pelo discurso médico-jurídico como infância em perigo, representava uma política de inclusão social desse segmento. Política pensada na relação entre filantropia e Estado, a partir da necessidade de incluir a pobreza no projeto político-econômico moderno do capitalismo. Para tanto, essa noção de perigo atribuída à infância pobre a incluirá, ambigualmente, no campo da vitimologia, justificando o aparato jurídico de sua proteção. Em um momento posterior, essa prática, no projeto civilizatório capitalista, teve como meta dignificar a infância pobre e pressionar o Estado a assumir as responsabilidades com essa parcela da população, garantindo a nova ordem social. Na última década do século XX, com as transformações políticas e os novos arranjos sociais, essa infância, objeto-de-intervenção do Estado, passa para um novo estatuto – o da proteção integral – com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990. O novo ordenamento possibilita o debate sobre a dimensão legal da infância como detentora de direitos. Ou seja, reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, extinguindo, pelo menos no texto da lei, a antiga dicotomia criança e menor.

O ECA propõe um debate político sobre as práticas de assistência à infância, denuncia o descalço do Estado com a juventude e aponta o atendimento à infância fora de uma perspectiva assistencialista, características das políticas públicas desde o projeto de modernização capitalista. Por trazer à tona o debate sobre toda ordem de irregularidades e violação de direitos cometidos contra crianças e jovens, o novo ordenamento desconstrói a lógica da assistência para pensar a idéia de política de atendimento à infância, como uma rede de serviços articulada, estimulando a participação da sociedade como um todo. A nova lei em seu discurso aponta as mudanças radicais que precisam ser implementadas para que se efetive uma ação vol-

tada à defesa de direitos da infância:

*Art. 86 – A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.*

*A Lei aponta a necessidade de se criar entidades de defesa de direitos de crianças e adolescentes: os Conselhos Nacional, Estadual, Municipal e Tutelar, sendo por definição “(...) deliberativos e controladores das ações em todos os níveis (...)” que, em parceria com a sociedade, provoquem o poder público para o debate e a implementação de reais políticas de atendimento e promoção social à infância e juventude. Mais próximo à comunidade, o Conselho Tutelar “(...) encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente (...)”, em parceria com outros segmentos da sociedade, inclusive com a Justiça da Infância e Juventude, tem como tarefa orientar e encaminhar as famílias a programas sociais.*

*No entanto, o que assistimos é a desarticulação dos poucos programas da rede de atendimento à infância. E a proposta da lei de superar a dicotomia entre as representações sociais criança e menor na prática não se efetivou, estando cada vez mais presente. Os órgãos responsáveis pela defesa dos direitos de crianças e adolescentes e pelo fomento da discussão em vários níveis sobre a implementação de políticas à infância ainda estão atados na promoção de projetos de cunho assistencialista, que perpetuam a relação perversa de dependência entre Estado, cidadão e os chamados programas de governo: cheque-cidadão, bolsa-escola, bolsa-família e tantos outros, que acabam por distorcer idéias como promoção social, defesa de direitos e autonomia dos cidadãos, em especial de crianças e jovens, que crescem nas falsas promessas governamentais de proteção e assistência.*

*\* Psicóloga do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em Psicologia pela UFF e Especialista em Psicologia Jurídica pela UERJ.*

# Prefeituras negligenciam participação do CRP-RJ em concursos

Apesar da participação dos Conselhos Regionais de Psicologia em todas as fases do processo de concurso público para psicólogos estar prevista em lei, algumas prefeituras do Estado do Rio de Janeiro não têm seguido essa regra.

O artigo 77, parágrafo 8, da Constituição Estadual estabelece que os Conselhos Regionais de profissões regulamentadas deverão ser obrigatoriamente convocados a participar de todas as fases do processo de concurso público. Essa participação inclui desde a elaboração dos editais até a homologação de resultados.

Entretanto, as prefeituras de Mendes e Mesquita e a Secretaria de Promoção Social de Nova Iguaçu negligenciaram esse dispositivo. O CRP-RJ não foi informado ou o foi tardiamente para interferir na elaboração de editais para tais concursos.

A participação dos Conselhos durante as etapas do processo seletivo é fundamental para que possíveis contratempos possam ser evitados. Ignorar a legislação vigente pode culminar na anulação de concursos. O CRP-RJ procurou tais prefeituras com a finalidade de corrigir eventuais falhas.

É preciso deixar claro que a regra presente na Constituição do Estado do Rio de Janeiro é destinada apenas a concursos municipais e estaduais, o que deixa de fora os concursos federais.

Portanto, o CRP-RJ não tem poderes para interferir na elaboração de editais para concursos federais, como os realizados recentemente pelo Ministério da Saúde, Petrobrás, Eletrobrás, Fiocruz e UFRJ

Muitos psicólogos têm procurado o CRP-RJ com dúvidas a respeito de concursos públicos. Seguem esclarecimentos a respeito das dúvidas mais frequentes.

● **Carga horária:** A profissão de psicólogo não tem carga horária estabelecida por lei fede-



ral, cabendo a cada instituição empregadora, pública ou privada, estabelecer sua carga horária, respeitando o limite máximo determinado pela legislação trabalhista.

No Estado do Rio de Janeiro, a lei 1.658 de 06/06/1990 estabeleceu a carga horária de 24 horas semanais aos psicólogos.

No Município do Rio de Janeiro vigora o decreto 3.410 de 11/02/1982, que estabelece a carga horária de 32 horas e 30 minutos semanais à categoria de profissionais da psicologia. No entanto, o CRP-RJ tem buscado um diálogo com a prefeitura e parlamentares da Câmara Muni-

pal para aprovar o projeto de lei 1.934/04, que determina que a carga horária semanal dos psicólogos seja de 24 horas.

● **Bibliografia:** Não existe legislação que fixe normas para a elaboração dos editais de concursos públicos. Sendo assim, a instituição que oferece as vagas e/ou a organizadora do concurso elabora o edital, que pode ou não conter bibliografia referencial. Quando não é sugerida nenhuma bibliografia, o CRP-RJ explicita a tal órgão e sua respectiva organização que a ausência pode acarretar diferentes interpretações para uma mesma questão e fica passível de recurso por parte dos candidatos.

● **Piso salarial:** Assim como a carga horária, a profissão de psicólogo não tem piso salarial estabelecido por lei, apesar de existir um projeto de lei (PL 1.58/91) na Câmara Federal, desde 1991, que demanda a determinação de piso. Enquanto a lei não se concretiza, os psicólogos recebem os mais diversos valores salariais.

● **Convocação dos aprovados:** Dentro do prazo de validade do concurso, incluindo uma possível prorrogação, a convocação do candidato cabe exclusivamente ao administrador, que tem o poder de decidir a conveniência e oportunidade da convocação. Dessa forma, a menos que haja evidências de que um novo concurso para o mesmo cargo está sendo realizado ou de que funcionários terceirizados realizam a mesma função, serão poucas as chances de uma ação judicial com esse objetivo.

Considerando a hipótese de nenhum candidato aprovado ser convocado durante o prazo de validade, surgem as chances de se obter uma decisão

*(Continua na próxima página)*

(Continuação da página anterior)

judicial determinando a convocação.

É o que pode acontecer no Hospital Ronaldo Gazolla - o Hospital de Acari - onde a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) pretende terceirizar a administração e os funcionários. A alegação é a de que os médicos concursados não aceitariam ficar em local de risco, mas, até o fechamento desta

edição, nenhum psicólogo aprovado recebeu convite por parte da SMS para trabalhar em Acari. A Comissão de Saúde da Alerj e o Sindicato dos Médicos irão buscar na Justiça o cancelamento do processo de terceirização da unidade.

● **Concursos públicos em época de eleição:** A Lei 9.504 de 30/09/1997 estabelece em seu 73

artigo, inciso V, alínea c, uma lista de condutas proibidas aos agentes públicos. Os aprovados não podem ser chamados no período de três meses anterior à data da eleição. Caso a homologação aconteça no período de três meses anterior à eleição, os aprovados só poderão ser chamados após a posse de todos os políticos eleitos neste pleito.

## Concursos públicos para psicólogos em 2006

**Confira abaixo uma lista de concursos públicos previstos para o primeiro semestre de 2006 e acompanhe aqueles que já estão em andamento. Para informações atualizadas, visite o site do CRP-RJ ([www.crpj.org.br](http://www.crpj.org.br))**

● **Arquivo Nacional:** a Fundação José Pelúcio espera divulgar as regras da seleção até o final de fevereiro. Haverá vagas na área de Psicologia no Rio de Janeiro e em Brasília. Os vencimentos, incluindo benefícios, serão de R\$ 1.501,99. A carga horária será de 40 h/s para todos os cargos. A aplicação das provas está prevista para a segunda quinzena de abril.

● **Ministério da Cultura:** a oferta é de 215 vagas em cargos de níveis médio e superior, das quais 84 destinam-se ao Rio de Janeiro, na Biblioteca Nacional. As demais vagas serão distribuídas entre o próprio ministério, em Brasília, a Fundação Cultural Palmares, em Brasília, e a Fundação Nacional de Arte, cuja maior parte deverá ser para o Rio. Haverá oportunidade para a área de Psicologia e os vencimentos serão de R\$ 1.500,27.

● **Secretaria estadual da família e da assistência social (SUAS):** seu primeiro concurso público deverá ser realizado em breve. Segundo informações do secretário, Fernando William, estão previstas 148 vagas destinadas a diversos cargos. A expectativa é de que o concurso seja realizado ainda no primeiro semestre do próximo ano. Três vagas seriam destinadas ao cargo de Psicólogo, mas esse número poderá ser ampliado de acordo com a necessidade da secretaria.

● **Saúde - Nova Iguaçu:** São 5.111 oportunidades para profissionais de níveis Fundamental, Médio e Superior. O salário varia de acordo com a carga horária. Segundo a tabela divulgada na Folha Dirigida, serão 30 vagas para o cargo de Psicólogo, com vencimentos em torno de R\$ 1.500,00.

● **Polícia Rodoviária Federal (PRF):** Em

breve será realizado seu primeiro concurso para a área administrativa. A pretensão é de preencher 1.052 vagas em cargos de nível médio, sendo 948 destinadas a agente administrativo, e 448 a funções de nível superior. Dentre as funções de nível superior, a PRF solicitou a abertura de 30 vagas para a função de Psicólogo. Os vencimentos iniciais são de R\$1.445,27 (nível médio) e de R\$1.566,75 (superior), já incluídas as gratificações, para uma jornada de trabalho de 40 horas semanais.

● **Ministério do Trabalho e Emprego:** Em breve, será aberto concurso para cargos da área administrativa. Serão oferecidas três vagas para o cargo de psicólogo.

● **Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz):** há seis vagas para a área de Psicologia, sendo uma delas reservada aos portadores de deficiência. Os vencimentos variam de R\$ 1.300,51 a R\$ 3.753,38 para uma jornada de trabalho de 40 h/s. As inscrições encerraram-se no dia 23 de fevereiro.

● **Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ):** são quatro vagas para o cargo de psicólogo; três para o Instituto de Psiquiatria e uma para o Instituto de Ginecologia. O salário é de R\$ 1.267,85 para uma jornada de 40 h/s. As inscrições estão encerradas.

● **Universidade Federal Fluminense (UFF):** há uma vaga para professor adjunto. As inscrições poderão ser feitas até o dia 3 de março. São pré-requisitos para o cargo graduação em Psicologia (dentre outras graduações) e doutorado em Psicologia, Direito, Ciências Sociais, Filosofia, Letras ou História. O salário é de R\$ 1.036,70, acrescido das gratificações (160% da GAI e R\$ 2.345,00 da GED). A jornada de 40 h/s requer

dedicação exclusiva. Para outras informações, acesse o site: <http://www.copemag.kit.net/edital%20e%20quadro%20anexo/edital.htm>

● **Prefeitura de Pedro Leopoldo (MG):** há seis vagas para o cargo de Psicólogo Clínico. O salário é de R\$ 1.600,00 para uma jornada de 35 h/s. As inscrições poderão ser feitas até o dia 3 de março. Para outras informações, acesse o site <http://www.consulplan.com/concurso.asp?key=149>

● **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de Mesquita:** há duas vagas para o cargo de Psicólogo, sendo uma reservada aos portadores de deficiência. O salário é de R\$ 1.000,00 para uma jornada de 20 h/s. As inscrições estão encerradas.

● **Prefeitura Municipal de Mendes:** são três vagas para o cargo de Psicólogo, com vencimentos de R\$ 672,95 e jornada de trabalho de 40 h/s. As inscrições estão encerradas. A aplicação das provas está prevista para o dia 26 de março.

● **Secretaria Municipal de Promoção Social de Nova Iguaçu (SEMPs):** há 14 vagas para o cargo de Psicólogo, com jornada de trabalho de 30 h/s e vencimentos de R\$ 600,00. As inscrições estão encerradas.

● **Instituto Nacional do Câncer (INCA):** são 23 vagas para o cargo de Psicólogo, sendo duas delas reservadas aos portadores de deficiência. Os vencimentos são de R\$ 2.102,65 para uma jornada de trabalho de 40 h/s. As inscrições estão encerradas.

Já está disponível no site da organizadora o resultado preliminar do Processo Seletivo Simplificado, que foi baseado somente na avaliação de títulos.

# Documentário detalha encarceramento em manicômio judiciário de preso político

**CRP-RJ e Cineclube da ABD&C promovem pré-estréia gratuita de *O Profeta das Águas*, na Casa de Rui Barbosa, em 25 de março**

Que as cadeias brasileiras ficaram repletas de opositores da ditadura militar nos anos 70, não é novidade para ninguém. Mas o documentário *O Profeta das Águas*, do cineasta Leopoldo Nunes, trás à tona um caso pouco conhecido do grande público: o encarceramento entre 1972 e 1979 do preso político Aparecido Galdino Jacintho no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha, no Estado de São Paulo.

No filme, resultado de 19 anos de trabalho, Leopoldo Nunes reconstitui com detalhes o caso Galdino e instiga a discussão de temas fundamentais, como a ética profissional dos psicólogos e a própria finalidade da existência de manicômi-

os. Ao longo de sete anos, profissionais da instituição emitiram laudos que justificaram a permanência de Galdino em Franco da Rocha.

O cineasta estará à disposição para debater estes temas com convidados e platéia após a pré-estréia de *O Profeta das Águas*, na Casa de Rui Barbosa, em 25 de março às 16h. O CRP-RJ e a Associação dos Documentaristas e Curta-Metragistas do Rio de Janeiro (ABD&C), com o apoio da UERJ, UFF, UFRJ, Fiocruz e GTNM-RJ, organizam o evento, que é gratuito. A sessão é

a oportunidade de ver o longa-metragem, uma vez que o documentário ainda não tem distribuidor em cinema.

O caso Galdino remonta ao final dos anos 60, quando o governo militar anunciou a construção da Barragem de Ilha Solteira. Galdino, conhecido pelos vizinhos como Aparecido, morava em Rubinéia, pequena cidade que seria (e realmente foi) inundada pelas águas da represa.

Galdino praticava uma forma de catolicismo rural, em Rubinéia. Era um benzedor. Organizou um “exército divino” de seguidores, formado por camponeses, para se opor à inundação. Desarmado, o grupo não oferecia nenhuma ameaça real ao projeto da barragem. Mesmo assim, o Exército empreendeu uma ação brutal e, após uma luta campal, prendeu Galdino e seus seguidores em outubro de 1970. Todos foram espancados e torturados.

Galdino foi absolvido pela justiça comum, mas foi condenado pela justiça militar. Permaneceu encarcerado durante dois anos em presídio comum e outros sete anos no manicômio judiciário de Franco da Rocha.

Após anos de esquecimento e negligência, Galdino foi libertado em 1979, graças a campanha de grupos de direitos humanos e de certos setores da imprensa.

“Essa é uma história incrível da ditadura, que poucas pessoas conhecem”, afirma Leopoldo Nunes.

Com quase 80 anos, Galdino hoje mora em Santa Fé do Sul (SP).

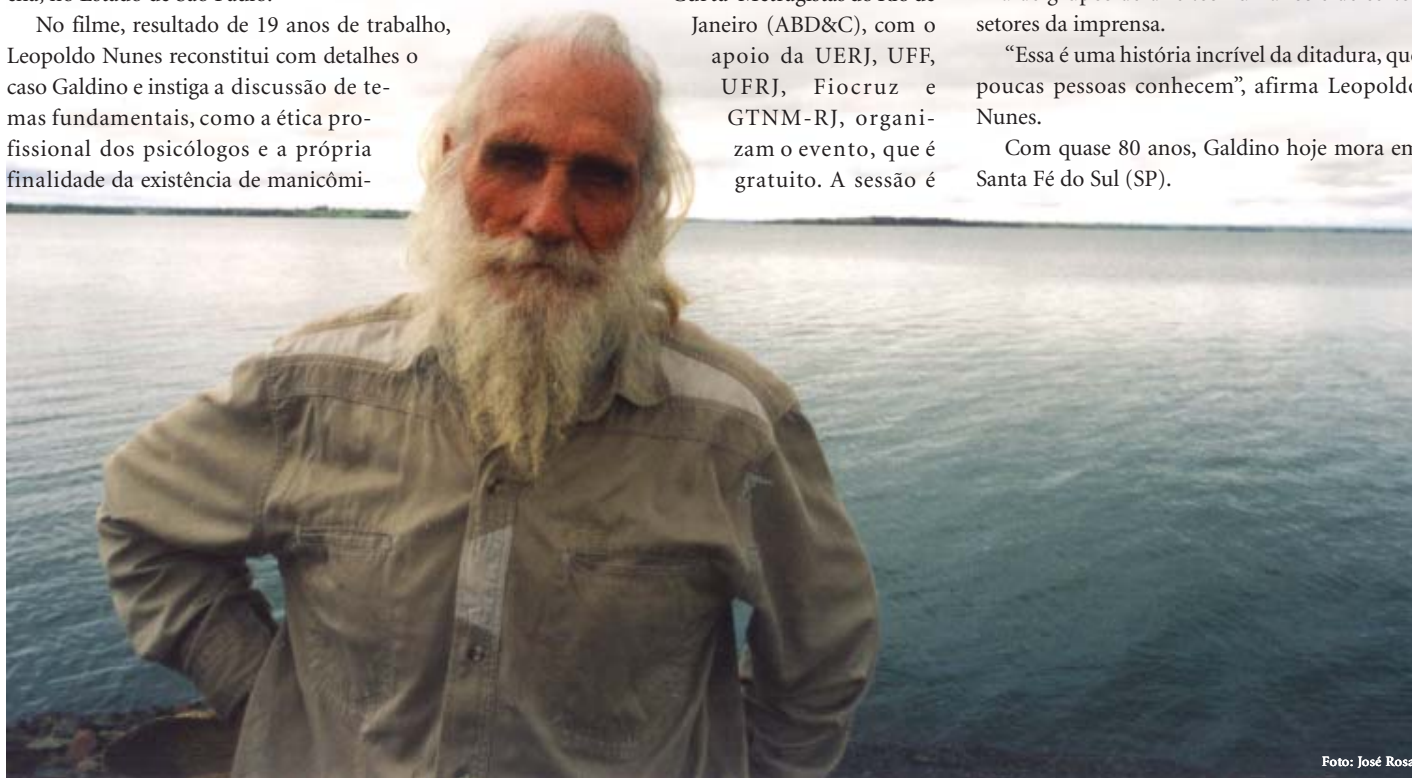


Foto: José Rosa

# Entrevista: Leopoldo Nunes, um “cineasta-psi”

Fotos: José Rosa

O Profeta das Águas, primeiro longa-metragem de Leopoldo Nunes, não é a primeira incurração do diretor ao universo manicomial. Apesar de não ter educação formal em Psicologia, ele sempre se interessou pela área e participou durante alguns anos da Luta Antimanicomial.

Antes de O Profeta das Águas, dirigiu o curta-metragem documental O Profeta das Cores, sobre um artista plástico e pintor também internado no Manicômio de Franco da Rocha. Dirigiu também um programa de televisão sobre João Acácio, conhecido como o Bandido da Luz Vermelha, que cumpriu parte de sua pena em um manicômio judiciário.

O Profeta das Águas foi exibido hors-concours no encerramento do conceituado Festival de Cinema de Brasília, no final do ano passado, quando foi ovacionado de pé pela platéia. Nesta entrevista, Leopoldo Nunes fala sobre o caso Galdino, o papel dos profissionais envolvidos na questão, o processo de produção de seu filme e sua expectativa em relação à sessão na Casa de Rui Barbosa.

## Como você tomou conhecimento do caso do Galdino e por que decidiu fazer o documentário?

Eu nasci em Santa Fé do Sul, palco dos acontecimentos, e Rubinéia, a cidade que foi inundada, fazia parte da comarca. Em 1970, ano da repressão ao templo do Aparecimento, eu tinha 4 anos. Portanto, cresci ouvindo as histórias do profeta, benzedor, comunista. O caso foi até vulgarizado pela população, por medo da repressão. Dizia-se, por exemplo, que ele era louco porque quis atravessar o rio como o Moisés, da bíblia. Esta passagem nunca existiu. Foi muita violência, muito terror e medo. E para uma população camponesa, numa região nova, o tacho do Estado tem um peso muito forte. Lá era sertão.

**Há outros casos de presos políticos encarcerados em manicômios judiciários durante a ditadura militar? Como você avalia a utilização de manicômios para fins de repressão política?**

Este assunto é tabu. Pra quem conhece um manicômio hoje, parece estar descendo ao fundo do inferno. Pode estar certo que há 30 anos era uma coisa indescritível. Era só tortura e contenção química. Ninguém saía de um manicômio.

Há suspeitas que muitos dos desaparecidos políticos podem ter sumido dentro dos muros manicomiais. Que eu saiba, além do Galdino, em Franco da Rocha havia um japonês que pertenceu a um grupo armado. Há uma foto dele em um dos jornais da época. Fala-se até que ele foi libertado e veio a se suicidar logo depois. Que eu saiba, ele se tornou um forte seguidor do Galdino dentro do Manicômio.

## Qual foi o papel dos profissionais envolvidos no caso Galdino?

Os de dentro da instituição foram criminosos. Eles só copiavam laudos dos anos anteriores. A instituição estabelece a orientação política.



ca, mas alguém tem de cumprir. E eles assinaram durante muitos anos. É uma espécie de sentença à prisão perpétua.

## É verdade que imediatamente depois da libertação de Galdino outros 800 “doentes mentais” saíram do mesmo manicômio judiciário?

Com a publicização do Caso Galdino, a promotoria ordenou que todos os casos de internação fossem revistos. Oitocentos inocentes foram libertados.

## Qual a sua expectativa para a sessão de O Profeta das Águas na Casa de Rui Barbosa?

Esta iniciativa me proporciona a maior realização como artista. Atuei durante alguns anos na Luta Antimanicomial e conheci diversas experiências. Espero debater profundamente o tema, como cineasta.

Projeção especial do filme

## O PROFETA DAS ÁGUAS

de Leopoldo Nunes

Casa de Rui Barbosa

Rua São Clemente, 134 - Botafogo

25 de março, sábado, às 16:00h

Entrada franca

Debate com o diretor e convidados

Realização: CRP-RJ e Cineclube da ABD&C

Apoio: UERJ, UFRJ, Fiocruz e GTNM-RJ

# CRP-RJ presente no VI Fórum Social Mundial

Representantes do Sistema Conselhos de Psicologia estiveram presentes no VI Fórum Social Mundial que ocorreu entre os dias 24 e 29 de janeiro na cidade de Caracas. Com a oficina “Grades não são solução para a vida; queremos outra saída”, o Sistema Conselhos propôs a criação de uma frente mundial contra manicômios e prisões.

Convidados a participar da oficina promovida pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), representaram o CRP-RJ o seu presidente José Novaes e a conselheira coordenadora da Comissão Regional de Direitos Humanos Maria Beatriz Sá Leitão. Estiveram também presentes o vice-presidente do CFP Marcos Vinicius Silva, a coordenadora da Comissão Federal de Direitos Humanos do CFP Esther Arantes, a juíza Maria Lucia Karan e Marcos Ferreira, da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP).

Com o tema “Pelo fim dos manicômios e prisões”, a oficina propôs que movimentos sociais, organizações e toda a sociedade pensem alternativas concretas a esses sistemas cruéis e inócuos. Consagrados como a solução para desvios, divergências e delitos contra a ordem instituída, manicômios e prisões pautam-se na crença de que a retirada dos sujeitos da convivência social é capaz de adequá-los aos padrões desejados pela sociedade. Depois de dois séculos de experiência, é possível afirmar que essas instituições não cumpriram seu papel e, ao invés disso, converteram-se em importantes fontes sociais de produção de abandono, violência e sofrimento.

Além de palestra e debate sobre a questão do

Foto: Arquivo Ibase/Cassio Motorelli



encarceramento, foram exibidos dois vídeos: “Tribunal dos Crimes da Paz”, sobre os manicômios, e “De Dentro para Fora”, da série “Não é o que Parece”, que trata das prisões, produzidos pelo CFP.

O CRP-RJ participou de inúmeras outras oficinas, sobre temas como a democratização da mídia, danos e crimes ambientais, teorizações acerca do tema da resistência e direitos humanos.

O VI Fórum Social Mundial, movimento de resistência e de construção de alternativas políticas que esse ano foi realizado em três sedes, Bamako (Mali), Caracas (Venezuela) e Karachi (Paquistão), funcionou como um espaço de encontro, debates, intercâmbio de plataforma de lutas das organizações e movimentos de muitas partes do mundo e teve forte presença brasileira.

Os eixos temáticos do fórum foram: comunicação, culturas e educação; diversidades e cosmovisões em movimento; estratégias do Império e resistência dos povos; poder, política e lutas pela emancipação social; recursos e direitos para a vida.

## Artigo ressalta importância da reinvenção das práticas políticas

Desde o primeiro Fórum Social Mundial em 2001, o Acampamento Intercontinental da Juventude (AIJ) estabeleceu-se como um lugar de reinvenção das relações políticas. Em artigo no número 30 da Revista Democracia Viva, o estudante de psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) Kiko Netto apresenta o histórico do AIJ e ressalta a importância da construção de um espaço de renovação do pensamento político como esse.

Com o título “Uma nova geração política nasce no Acampamento Intercontinental da Juventude”, o artigo chama a atenção para o surgimento de uma nova forma de resistência. Segundo Netto, a construção de espaços de ruptura diante do modo de produção capitalista por meio de processos de resistência e a formação de conexões dos movimentos sociais podem ser entendidas como uma produção de ‘laboratórios de resistência’, a reinvenção da possibilidade de o comum prevalecer sobre o privado.

Para ele, essas práticas de resistência fluidas têm a força de um movimento de resistência global sem estruturas rígidas e verticalizadas que busca a construção cotidiana e incessante de micro revoluções.

O estudante Kiko Netto participou da organização do AIJ do Fórum Social Mundial de 2002 a 2005. Atualmente, faz parte da rede de ativistas Língua Menor.

## Da democratização à digitalização das comunicações

No dia 16 de fevereiro, o Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações (FNDC) deu início a uma série de seminários locais com o tema “Da democratização à Digitalização das Comunicações”. Realizado no auditório do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro, esse encontro aberto discutiu a democratização da comunicação e as formas de mobilizar a sociedade para uma ação regional e nacional a favor do tema.

O objetivo dessa série de seminários é disseminar a luta pela democratização das comunicações e fortalecer a atuação das entidades associadas articuladas em torno dos comitês regionais do Fórum.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), junto com a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) outras entidades, integra a diretoria executiva do FNDC e é representado pela

conselheira Vera Lúcia Canabrava.

A presença do CFP no Fórum, além de afirmar a pluralidade e a diferença, contribui com a campanha contra a baixaria na TV e o debate de outros temas, como racismo, educação e defesa do ECA. Os psicólogos no FNDC são responsáveis pelo grupo de trabalho “Alfabetização para leitura crítica da mídia”, constituído na XII Plenária do Fórum em outubro.

# Disque Saúde Psi fere Código de Ética



O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) é contra o projeto de resolução 842/04, que tramita na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e prevê a criação do Disque Saúde Psi, um serviço telefônico para atendimento e aconselhamento psicológico. Esse atendimento seria feito por estudantes universitários orientados por um grupo de três psicólogos.

O CRP-RJ tomou conhecimento do projeto do deputado e psicólogo Armando José em agosto do ano passado. Após análise do projeto, o Conselho aponta que o documento fere a Resolução do CFP 002/95 que, segundo o Código de Ética Profissional do Psicólogo, determina: “ao psicólogo é vedado prestar serviço ou mesmo vincular seu título de Psicólogo a serviços de

atendimento psicológico via telefônica”.

No dia 15 de fevereiro, foi realizada, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, uma audiência pública, presidida pelo deputado Paulo Pinheiro, presidente da Comissão de Saúde da Alerj, para debater o projeto. Na audiência, estiveram presentes, a convite do deputado Armando José, o representante do CRP-RJ, Walter Melo e a presidente do Sindicato dos Psicólogos, Êtilda Ramos, além de outros psicólogos, assistentes sociais e estudantes de psicologia.

Afirmando a posição do CRP-RJ, o conselheiro Walter Melo, membro da Comissão de Saúde, destacou que, além de o Disque Saúde Psi ir contra resoluções do Conselho Federal e do Código de Ética do Psicólogo, ele não garante o direito à privacidade do paciente.

A presidente do Sindicato dos Psicólogos Êtilda Ramos, além de concordar com essas afirmações, argumentou que “uma avaliação psicológica por telefone é impossível, já que o psicólogo não trabalha apenas com o que o paciente diz, mas, principalmente, com o que ele não diz, ou seja, seus gestos, expressões etc”. Êtilda também entende que o projeto não abriria frentes de trabalho para psicólogos, como argumenta o autor do projeto,

e o convoca a se juntar às entidades de psicologia num esforço para realmente criar um mercado de trabalho para a profissão.

O deputado Paulo Pinheiro encerrou a audiência afirmando que irá analisar o projeto e, após as modificações necessárias, encaminhá-lo para votação, mas não informou datas. O deputado também garantiu que essas modificações serão feitas levando em consideração as necessidades das pessoas que não têm acesso à Saúde.

O CRP-RJ continuará atento ao andamento do projeto para garantir que nenhum direito dos pacientes seja contrariado e que o trabalho do psicólogo não sofra nenhum tipo de banalização.



Deputado estadual Paulo Pinheiro (PPS)

## Projeto do Ato Médico ainda sofrerá modificações

O PLS 25/02, Projeto de Lei do Senado que pretende definir o ato médico, tem causado muita polêmica e discussão entre os profissionais do campo da saúde. O projeto, criado pelo ex-senador Geraldo Althoff, em fevereiro de 2002, pretende regulamentar a profissão de médico. No entanto, a discussão começou porque, caso aprovada, a lei colocaria como privativa de profissionais médicos certas noções e práticas relacionadas à saúde. É importante lembrar que na Lei Geral de Saúde que regulamenta o SUS tal noção tem uma perspectiva multidisciplinar.



Por essa razão, o CFP, junto com outras categorias profissionais da saúde, participa da Coordenação Nacional Contra o PLS 25/02, que já realizou inúmeras manifestações. Segundo o grupo, “a aprovação do Projeto do Ato Médico levará a uma burocratização das rotinas e os usuários dos

serviços de saúde teriam seu direito de escolha extinto, já que o médico seria o responsável pela avaliação de suas necessidades de assistência à saúde”.

Segundo a relatora do projeto, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), já foram realizadas 26 reuniões com todos os segmentos interessados no assunto, num total de 1.500 pessoas. “A próxima reunião, de caráter técnico, ocorrerá provavelmente até o início de março, quando serão marcadas audiências no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado”, disse Lúcia.

# CRP-RJ prestando contas

Nesta edição prestamos contas de todo o ano de 2005. Em comparação ao ano anterior obtivemos um aumento de 27% nas receitas e de 15% nas despesas gerando um aumento no superávit de R\$ 270.593,00 para R\$ 783.195,00, conforme o demonstrativo abaixo.

Salientamos, ainda, que reduzimos as taxas de

inscrição de Pessoa Física (R\$ 111,44 para R\$ 60,22) e a 2ª via da CIP (R\$ 55,72 para R\$ 30,11). Tais reduções foram possíveis devido à aprovação, em plenária interna, dos percentuais dessas taxas em relação ao valor da anuidade de Pessoa Física, em vigor desde janeiro de 2006.

Encontram-se, à disposição para consulta dos

psicólogos, todos os detalhamentos de nossas movimentações financeiras na sede. Estamos à disposição, ainda, para quaisquer outros esclarecimentos.

**Pedro Paulo Gastalho de Bicalho**  
Conselheiro-Tesoureiro do CRP-RJ

CRP-05/26077

| Conselho Regional de Psicologia - 5ª Região   |                   |              |                                               |              |              |
|-----------------------------------------------|-------------------|--------------|-----------------------------------------------|--------------|--------------|
| Balanco Patrimonial                           |                   |              |                                               |              |              |
| Em R\$                                        |                   |              |                                               |              |              |
| REFERÊNCIAS:                                  | Períodos          |              | REFERÊNCIAS:                                  | Períodos     |              |
| ATIVO                                         | jan a dez/05      | jan a dez/04 | PASSIVO                                       | jan a dez/05 | jan a dez/04 |
| Ativo Financeiro                              | 2.224.125         | 2.177.336    | Passivo Financeiro                            | 29.260       | 43.147       |
| Disponível                                    | 12.541            | 39.637       | Contas a pagar                                | 0            | 0            |
| Disponível Vinculado                          | 2.200.420         | 1.411.802    | Consignações                                  | 0            | 1.890        |
| Realizável                                    | 11.051            | 725.784      | Credores da Entidade                          | (8)          | 1.691        |
| Resultado Pendente                            | 113               | 113          | Entidades Públicas Credores                   | 29.268       | 39.56        |
| Ativo Permanente                              | 7.360.723         | 1.370.480    | Patrimônio ( ARL ) *                          | 9.555.588    | 3.504.669    |
| Bens Patrimoniais                             | 2.314.840         | 1.370.480    |                                               |              |              |
| Créditos                                      | 5.045.883         | - 0 -        | * ARL: Ativo Real Líquido                     |              |              |
| TOTAIS                                        | 9.584.848         | 3.547.816    | TOTAIS                                        | 9.584.848    | 3.547.816    |
| Demonstrativo das Receitas e Despesas         |                   |              |                                               |              |              |
| REFERÊNCIAS:                                  | Períodos em Reais |              | (*) VARIAÇÕES                                 |              |              |
|                                               | jan a dez/05      | jan a dez/04 | ( R\$ )                                       | ( % )        |              |
| Receitas                                      |                   |              |                                               |              |              |
| Anuidades                                     | 3.446.340         | 3.616.103    | -169.763                                      | -5           |              |
| Patrimonial                                   | 240.443           | 135.097      | 105.346                                       | 78           |              |
| Serviços                                      | 142.437           | 118.461      | 23.976                                        | 20           |              |
| Dívida Ativa                                  | 1.031.303         | 16.303       | 1.015.000                                     | 6226         |              |
| Diversas                                      | 92.380            | 25.726       | 66.654                                        | 259          |              |
| Total                                         | 4.952.903         | 3.911.690    | 1.041.213                                     | 27           |              |
| Despesas                                      |                   |              |                                               |              |              |
| De Custeio                                    | 2.824.423         | 2.534.024    | 290.399                                       | 11           |              |
| Pessoal e Obrig. Patronais                    | 1.367.350         | 1.195.667    | 171.683                                       | 14           |              |
| Material de Consumo                           | 63.201            | 45.316       | 17.885                                        | 39           |              |
| Serviços de Terc. P. Física                   | 23.133            | 32.062       | -8.929                                        | -28          |              |
| Serviços de Terc. P. Jurídica                 | 1.284.197         | 1.248.589    | 35.608                                        | 3            |              |
| Diversas Despesas de Custeio                  | 86.542            | 12.390       | 74.152                                        | 598          |              |
| Transferências ao CFP                         | 1.191.908         | 974.845      | 217.063                                       | 22           |              |
| Investimentos                                 | 153.377           | 132.228      | 21.149                                        | 16           |              |
| Equipamentos e Materiais Permanentes          | 153.377           | 132.228      | 21.149                                        | 16           |              |
| Total                                         | 4.169.708         | 3.641.097    | 528.611                                       | 15           |              |
| Resultado = Receitas - Despesas:              | 783.195           | 270.593      | 512.602                                       | 189          |              |
| Representação Gráfica:                        |                   |              |                                               |              |              |
|                                               |                   |              |                                               |              |              |
| Nota: Houve um incremento de 27% nas Receitas |                   |              | Nota: Houve um incremento de 15% nas Despesas |              |              |

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2005

José Novaes  
Presidente

Pedro Paulo G de Bicalho  
Conselheiro - Tesoureiro

Roner Tavares  
Contador

# Exposição comemora centenário de nascimento de Nise da Silveira



Os psicólogos do Rio de Janeiro têm até o dia 18 de março para conferir a mostra Nise da Silveira: Vida e Obra, no Centro Cultural da Saúde. Com o objetivo de comemorar o centenário de nascimento de uma das maiores personalidades da luta anti-manicomial, a exposição apresenta uma retrospectiva da vida da psiquiatra que revolucionou os métodos de atendimento ao portador de transtornos mentais no Brasil.

O trabalho da psiquiatra à frente da Seção de Terapêutica Ocupacional (STO) no antigo Centro Psiquiátrico Nacional de Engenho de Dentro, hoje o Instituto Municipal Nise da Silveira, é retratado pela mostra por meio de desenhos, pin-

turas, colagens e esculturas feitos pelos usuários de saúde mental atendidos ao longo de 40 anos.

A exposição, fruto de uma parceria entre o Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira, o Museu de Imagens do Inconsciente e o Ministério da Saúde, conta ainda com apresentações de vídeos, programação de eventos culturais e científicos, exibição de objetos pessoais, publicações e correspondências da psiquiatra, cedidos pelo Museu de Imagens do Inconsciente.

Para conferir a programação da mostra, visite o site [http://www.ccs.saude.gov.br/nise\\_da\\_silveira/homepage.html](http://www.ccs.saude.gov.br/nise_da_silveira/homepage.html)

## Notas Cate

■ Os alunos que concluírem os cursos de especialização credenciados pelo CFP (ver site [www.pol.org.br](http://www.pol.org.br)) no Rio de Janeiro deverão requerer o título de especialista junto ao Conselho Regional de Psicologia onde consta seu registro profissional (inscrição principal). A conclusão do curso não concede automaticamente o título de especialista. O processo do pedido de concessão do título será avaliado pela Comissão de Análise para a Concessão do Título de Especialista (Cate) de cada conselho.

■ O Relatório da Pesquisa sobre o Impacto do Título de Especialista junto à categoria está disponível no site do CRP-RJ ([www.crpj.org.br](http://www.crpj.org.br)). Para enviar comentários, utilize o e-mail [especialista@crpj.org.br](mailto:especialista@crpj.org.br)

## Notas CQF

### ■ Registro de Pessoa Jurídica

Segundo a Resolução CFP 018/00, toda e qualquer instituição que preste serviço de psicologia a terceiros deverá se inscrever no Conselho Regional de sua jurisdição. Este registro é obrigatório, inclusive para as associações, fundações de direito privado e entidades de caráter filantrópico.

## Agenda

### Março

#### ● Debate “Nise da Silveira: Dobras no Tempo - Mito, Arte, Espaço”

Data: 16 de março

Horário: 15h

Debatedores:

Edmar de Sousa Oliveira - Diretor do Instituto Municipal Nise da Silveira

Lula Wanderley - Diretor do Espaço Aberto ao Tempo (hospital-dia do Instituto Municipal Nise da Silveira)

Gladys Schincariol - Coordenadora de Projetos do Museu de Imagens do Inconsciente

Local: Centro Cultural da Saúde - Praça XV - Centro

Informações: (21) 2240-5318

### Abril

#### ● Mesa redonda “Psicologia, Inclusão e Políticas de Acessibilidade: conceitos, desafios e possibilidades”

Data: primeira quinzena de abril

Acompanhe pelo site [www.crpj.org.br](http://www.crpj.org.br) a divulgação da data e do local do evento

#### ● VI Jornada Socerj de Psicologia em Cardiologia

Data: 8 de abril

Local: Riocentro

Informações: [www.socerj.org.br/congresso](http://www.socerj.org.br/congresso)

### Junho

#### ● VI Congresso de Stress da ISMA-BR e VIII Fórum Internacional de Qualidade de Vida no Trabalho

Data: 7 a 9 de junho

Local: Porto Alegre - RS

Informações: (51) 3222.2441

### Outubro

#### ● VII Encontro Clio-Psyché

Data: 4 a 6 de outubro

Data para envio de trabalhos: até 1º de junho

Local: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Informações: (21) 2587.7903

e-mail: [cliopsyc@uerj.br](mailto:cliopsyc@uerj.br)

[www2.uerj.br/~cliopsych/site](http://www2.uerj.br/~cliopsych/site)

# CRP-RJ traça programação dos próximos Trocando em Miúdos

A Comissão Regional de Direitos Humanos e a Coordenadoria Técnica (Cotec) do CRP-RJ anunciam a programação do Trocando em Miúdos do primeiro semestre do ano. O encontro acontece no auditório do CRP-RJ às 18 horas da última sexta-feira de cada mês. A entrada é franca e todos os interessados estão convidados a participar.

No próximo Trocando em Miúdos em março, cujo tema será “Ecos do Fórum Mundial Social”, os conselheiros do CRP-RJ juntamente com representantes de alguns outros grupos que compareceram ao Fórum darão seu depoimento sobre as oficinas, as discussões e os eixos temáticos propostos durante o evento.

Em abril, o tema do Trocando em Miúdos será “Como estão nossos jovens?”, um debate sobre as políticas de Estado e as políticas alternativas para crianças e adolescentes.

No Trocando “Afirmando a diversidade sexu-

al” em maio, os convidados avaliarão as lutas já existentes, as conquistas nessa área e o posicionamento político do Sistema Conselhos de Psicologia em relação à questão.

Um panorama sobre as práticas psicoterápicas será apresentado durante o Trocando em Miúdos de junho. Serão discutidas questões relacionadas à formação, ao trabalho nos hospitais, CAPS e ambulatorios, às psicoterapias individuais e grupais, intervenções etc.

Em junho, será debatido o tema “Precarização do Trabalho do Psicólogo: Enfrentamentos”. Os palestrantes apresentarão alternativas para o enfrentamento da questão e discutirão terceirização, voluntariado e cooperativação.

Qualquer alteração eventual da programação será noticiada em nosso site ([www.crpj.org.br](http://www.crpj.org.br)), assim como ainda serão divulgados os nomes dos convidados palestrantes.



*Trocando em Miúdos de agosto de 2005*

## 2006: Ano da Psicologia e Saúde

O Conselho Federal de Psicologia deliberou que 2006 será o ano da Psicologia e da Saúde. Entre outras atividades, destaca-se a realização do I Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública nos dias 20 a 22 de outubro em Brasília.

Um dos principais objetivos do Fórum será a mobilização dos psicólogos em todo o país para

uma discussão sobre as políticas públicas de saúde. O Fórum Nacional será precedido de eventos preparatórios, que ocorrerão até o final de junho, e de um fórum regional marcado para o dia 28 de agosto. O regulamento propõe que as discussões girem em torno de dois eixos principais: o exercício da psicologia no âmbi-

to do SUS e as demandas relativas à formação do psicólogo para o exercício profissional nas redes públicas de saúde.

Acompanhe pelo site do Conselho ([www.crpj.org.br](http://www.crpj.org.br)) o regulamento e o cronograma das atividades do I Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública.

### Direitos e deveres do psicólogo .

#### ■ Cancelamento

O cancelamento, direito dos psicólogos que não exercem a profissão e que não pretendem voltar a exercê-la em breve, é uma suspensão da inscrição no CRP que isenta o profissional do pagamento das anuidades posteriores a essa solicitação, excluídos os débitos anteriores. Para solicitar o cancelamento, é necessário preencher

um formulário que pode ser obtido na sede, nas subsedes e no próprio site do CRP-RJ e devolver a Carteira de Identidade Profissional.

#### ■ Pagamento das anuidades

A partir do momento da inscrição no CRP, o psicólogo, obrigatoriamente, deverá pagar as anuidades e taxas que lhe são impostas, bem

como votar nas eleições para o conselho regional e para o CFP.

Ao psicólogo que não exerça a profissão, é facultado o direito de ter ou não registro no CRP. Porém, caso opte por não tê-lo, somente deixará de ser obrigado a cumprir com as obrigações pecuniárias quando solicitar, por escrito, o cancelamento do registro.

# Desativação desorganizada da Polinter tumultua sistema prisional do Rio de Janeiro

Foto: Custódio Coimbra

A Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) continua atento à situação do sistema penitenciário do Rio de Janeiro, principalmente às consequências da desativação da carceragem da Polinter no final de janeiro. Segundo Marcelo Freixo da ONG Justiça Global, esse fechamento aconteceu de forma irresponsável e desorganizada, o oposto do que previa a medida cautelar concedida pela Justiça à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA após denúncia de ONGs e entidades brasileiras.

Construída em 1988 com capacidade para 250 presos, a unidade chegou a abrigar 1.650. Em celas projetadas para 14 pessoas, havia cerca de 90 detentos em cada uma, amontoados e pendurados em redes nas grades do teto. “Era impossível que todos ficassem sentados ao mesmo tempo na cela e, para esticar o corpo, os presos contavam apenas com 40 minutos semanais, o que era chamado de banho de ar”, disse Marcelo Freixo. “Como a carceragem da Polinter é subterrânea e não tem ventilação natural, o calor lá dentro chegava aos 47°C se do lado de fora estivesse perto dos 40°C”.

Além de suportar essa superlotação, ao entrar na Polinter os detentos eram obrigados a assinar um suposto termo de compromisso em que declaravam a que facção criminosa pertenciam e se responsabilizavam pela sua própria integridade física dentro da unidade. Não havia funcionários suficientes e, por isso, muitos policiais que cumpriam pena trabalhavam na fiscalização dos outros presos. Os detentos também eram forçados a assinar um documento carimbado na hora da saída da Polinter: atestavam, sem qualquer avaliação médica, que estavam em plenas condições físicas e mentais.

Essa situação desumana fez com que as ONGs Justiça Global, Associação pela Reforma Prisional (ARP) e Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM-RJ), em conjunto com o Laboratório de Análise de Violência da Universidade do Estado do Rio

de Janeiro (Uerj), denunciassem a Polinter à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) no ano passado. Essas organizações pediram medidas cautelares à OEA, que as concedeu e notificou o governo brasileiro para que fossem cumpridas.

No entanto, após a morte de dois policiais em uma fuga de presos, a governadora decidiu fechar imediatamente a Polinter, transferindo seus presos para outras unidades prisionais que não tinham capacidade para recebê-los.

Segundo Carmen Campos da ARP, a maior parte dos presos foi transferida para o Presídio Ary Franco, em Água Santa, e para a Casa de Custódia Romeiro Neto, em Magé, que teve sua população carcerária feminina removida para o prédio do Hospital Penal Fábio Soares Maciel (Hospital Central), instalado no complexo da Rua Frei Caneca. Com capacidade para apenas 80 pacientes, o antigo Hospital Central teve de receber 300 mulheres em instalações totalmente inadequadas, que não sofreram adaptação. Elas estão amontoadas em camas triliches e sem espaço para circulação, situação bastante diversa da Casa de Custódia. A unidade hospitalar foi transferida às pressas para o terceiro andar do antigo Hospital Penal Roberto Medeiros, atual Centro de Tratamento em Dependência Química, que ainda não está em condições de funcionamento.

Esta súbita desativação da Polinter, determinada pela governadora, rompeu com as medidas cautelares concedidas pela OEA, que determinavam que as decisões fossem discutidas com as entidades peticionárias.

O sofrimento não se restringiu aos presos. Atingiu também os familiares, os funcionários e, de forma mais ampla, a sociedade, que pouco é informada sobre as ações do Estado. O fato de não ter havido um planejamento alterou de forma significativa a rotina dos servidores. Eles tiveram que receber os presos sem colchões nem



alimentação. No caso dos psicólogos, houve desativação de alguns projetos terapêuticos e culturais que estavam em curso.

Segundo as Comissões de Saúde e de Direitos Humanos do CRP-RJ, “mais uma vez constata-se a crueldade de um sistema que exclui, não produz nenhum trabalho de ressocialização, tortura e oficializa ações cotidianas deploráveis e inadmissíveis, afetando seres humanos da forma mais abjeta. A Campanha do Sistema Conselhos que propõe o fim do sistema prisional e dos manicômios, neste sentido, apenas reafirma a necessidade urgente da sociedade procurar alternativas. É lamentável que diante de tanto sofrimento, a resposta de muitos seja a indiferença, a qual sustenta e autoriza as instituições continuarem a perpetrar tais horrores.”

# Unidades de saúde mental do Rio sofrem com abandono do governo municipal

Foto: Comissão de Saúde da Câmara de Vereadores

As unidades de saúde mental do município do Rio de Janeiro estão doentes em estado crônico. É o que constatou a Comissão de Saúde da Câmara de Vereadores do Rio em vistoria nos hospitais psiquiátricos municipais. Foram encontrados pacientes amarrados, nus e com ferimentos, sujeira, comida de péssima qualidade e falta de profissionais e de medicamentos, formando um cenário de completo abandono.

De acordo com o presidente da Comissão de Saúde, o vereador Carlos Eduardo, a situação encontrada no Rio é crítica. “No Instituto Nise da Silveira, encontramos estalactites de 20 cm no teto da enfermaria. Se elas crescem a aproximadamente 0,06 mm por ano, dá para imaginar há quantos anos não se faz uma manutenção nesses vazamentos”, disse o vereador.

No Hospital Álvaro Ramos e no Hospital Jurandir Manfredini, em Jacarepaguá, alguns pacientes foram encontrados amarrados e apresentavam lesões nos quatro membros. “A contenção física só deve ser feita até a droga fazer efeito e acalmar o paciente. Mas como não há remédios, nem recursos humanos o suficiente, as pessoas ficam amarradas”, disse Carlos Eduardo.

No Jurandir Manfredini, não havia nenhum medicamento anti-depressivo ou anti-convulsivante. “Encontramos somente caixas vazias”.

A Comissão de Saúde constatou que havia poucos funcionários trabalhando nos hospitais em relação ao número de pacientes. No Instituto Psiquiátrico Philippe Pinel, por exemplo, havia só uma enfermeira para 83 pacientes, que acumulava também a função de supervisora de enfermagem.

Não são apenas os pacientes que sofrem com o abandono. No Instituto Nise da Silveira, um acervo histórico com os prontuários dos primeiros pacientes psiquiátricos do Rio de Janeiro parece com a falta de cuidado. “Esses documentos têm mais de 100 anos. São da época em que ainda havia um hospício na Praia Vermelha onde



hoje é a UFRJ. É a nossa memória que está lá empilhada em caixas de papelão sofrendo a ação da umidade”, disse o vereador.

Para o presidente do CRP-RJ José Novaes, essa denúncia evidencia a necessidade de se fazer cumprir efetivamente a lei 10.216 de abril de 2001, mais conhecida como Lei Paulo Delgado. “Depois de cinco anos, é lamentável que a política de desinstitucionalização da loucura, sendo um dos seus dispositivos centrais a desospitalização, não tenha avançado mais e não se tenha conseguido acabar com a internação do doente mental”, disse Novaes.

Segundo a psicóloga Ana Carla Silva, membro da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) e do Núcleo Estadual do Movimento da Luta Antimanicomial/RJ, a área da saúde não aparece como prioridade do gestor municipal.

“Como consequência disso, o cotidiano da assistência em saúde mental sofre carências extremas, tais como a insistente presença de maus tratos institucionais intra-muros, a falta e despreparo de recursos humanos na lida com a clientela da psiquiatria, a escassez de recursos terapêuticos necessários para o tratamento - medicação, material para as oficinas e administrativo -, a precária manutenção dos estabelecimentos e das condições de trabalho, a lentidão na ampliação da rede substitutiva aos hospitais no campo da saúde mental etc”, disse Ana Carla.

Por questões políticas, até hoje não houve a implantação da Comissão Estadual de Reforma Psiquiátrica como ficou determinado pela Conferência Estadual de Saúde Mental de 2001. Se existisse, essa comissão seria o principal órgão de fiscalização das políticas públicas de saúde mental do estado.

# CRP-RJ reage a críticas do Jornal *O Dia*



A manchete do jornal carioca *O Dia* do dia 7 de dezembro causou estranheza e indignação entre psicólogos e assistentes sociais da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (SEAP). O jornal estampava na primeira página a seguinte frase: “Lorde, monstro do ônibus 350 teve elogios de psicóloga, psiquiatra e assistente social”. O “monstro” mencionado era o traficante Anderson Gonçalves dos Santos, conhecido como Lorde, apontado como mandante da queima de um ônibus da linha 350 (Passeio-Irajá) com os passageiros dentro. Ocorrida no dia 29 de novembro, essa tragédia causou a morte de cinco pessoas, incluindo uma criança de um ano, e outras 15 ficaram feridas.

Lorde já havia sido preso, por tráfico de drogas, em 1998. No dia 28 de fevereiro do ano passado, o traficante foi avaliado por uma equipe formada por psicóloga, psiquiatra e assistente social em razão de seu pedido de liberdade condicional. O parecer foi favorável, pois Lorde mostrava sinais de mudança, e pretendia, inclusive, trabalhar na serralheria do padraço. Entretanto, o jornal, de maneira sensacionalista, entendeu que tal parecer é sinônimo de elogio. “Os psicólogos da SEAP não têm como função elogiar ou tomar decisões quanto à situação jurídica dos presos. Cabe a eles dar um parecer sobre as condições psicológicas do preso no momento da avaliação. Compete à autoridade judicial decidir, no conjunto do processo, se concederá ou não a li-

berdade condicional. Portanto, os psicólogos não podem ser responsabilizados pela libertação de Lorde ou de qualquer outro preso, como sugere *O Dia*”, disse a conselheira e psicóloga do sistema penitenciário Márcia Badaró.

Segundo Márcia, a psicologia não é um conjunto de conhecimentos que possa prever o comportamento das pessoas, como uma espécie de ‘exercício de futurologia’, como desejam muitos juízes que esperam um retrato fiel de uma pessoa. “É certo que em 1940, ano do Código Penal, a psicologia contribuiu para uma teoria penal da periculosidade. Segundo os pensadores da época, a técnica do “exame” poderia desvendar a “personalidade” do sujeito, de modo que se pudesse prever o seu comportamento e corrigi-lo. Entretanto sabe-se que as produções de subjetividade são incessantes e a relação de cada um com o mundo é construída cotidianamente. Não há uma essência boa ou má. Portanto, não há como prever o que o homem é capaz de fazer, num dado momento, sob certas condições”.

Dessa forma, o jornal comete vários erros ao atribuir à equipe da SEAP a responsabilidade pela libertação de Lorde e, conseqüentemente, pela tragédia do ônibus 350, sem discutir a ação da polícia, dos governos e da própria mídia na produção destes “monstros”.

## Psicólogos repudiam declarações de Denise Frossard

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, assim como grande parte da população, ficou chocado com as declarações da deputada federal Denise Frossard (PPS-RJ), no dia 20 de dezembro de 2005, na Câmara dos Deputados. Ao tentar justificar porque rejeitava o Projeto de Lei 5448/01, que estabelece o crime de discriminação em razão de doença de qualquer natureza, do qual é relatora, a deputada declarou que “a deformidade física fere o senso estético do ser humano”, que “a repulsa à doença é instintiva do

ser humano” e que “poucas pessoas sentem prazer em apertar a mão de uma pessoa portadora de lepra ou Aids”.

Apesar de a deputada já ter se desculpado em seu site, o CRP-RJ quer deixar claro que repudia esse tipo de atitude. Segundo o conselheiro Nélcio Zuccaro, coordenador da Comissão de Saúde do CRP RJ, “declarações como essas contrariam os mais elementares princípios dos Direitos Humanos e não contribuem em nada para a quebra dos preconceitos e para a valori-

zação das diferenças”.

As declarações renderam à deputada outras inúmeras manifestações de repúdio. Para a psicóloga Vanessa Alves Moraes, portadora de paralisia cerebral, “antes de fazer tais declarações, a deputada deve refletir sobre sua própria conduta ética e moral. Não interessa a ninguém sua opinião, seu preconceito. E isso não pode influir num projeto de lei voltado para o povo, mesmo que seja para uma parcela da qual ela queira distância”.

# Conselheiros recepcionam psicólogos durante entrega de carteiras

**CRP-RJ cria cerimônia para se aproximar dos novos profissionais**

A entrega de carteiras profissionais aos novos psicólogos é agora feita de uma forma diferente. A partir do dia 6 de fevereiro, os recém-formados passaram a receber sua carteira durante encontro com os conselheiros e funcionários do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ). Essa iniciativa tem o objetivo de aproximar o Conselho dos profissionais que estão entrando no mercado de trabalho.

A primeira cerimônia de entrega de carteiras



no dia 6 de fevereiro contou com a presença de toda diretoria executiva e de duas psicólogas funcionárias da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF).

O presidente José Novaes, a vice-presidente Marília Lessa, a secretária Christina Orrico e o tesoureiro Pedro Paulo Gastalho de Bicalho deram as boas-vindas aos novos psicólogos e explicaram o funcionamento e o papel do Sistema Conselhos de Psicologia.

“É importante que os recém-formados conheçam e entendam o papel orientador, regulador e fiscalizador do Conselho Profissional da sua categoria”, disse Christina.

A cerimônia para entrega das carteiras profissionais ocorrerá uma vez por semana e sempre com a presença de pelo menos um conselheiro e um funcionário da COF, o que servirá como uma primeira aproximação com os novos psicólogos. “Não vemos essa cerimônia como uma solenidade, mas como um encontro inicial amigável e fraterno”, disse o presidente Novaes.



☐ MUDOU-SE  
☐ DESCONHECIDO  
☐ RECUSADO  
☐ ENDEREÇO INSUFICIENTE  
☐ NÃO EXISTE O Nº INDICADO  
☐ INFORMAÇÃO ESCRITA PELO  
☐ PORTEIRO OU SÍNDICO  
☐ FALECIDO  
☐ AUSENTE  
☐ NÃO PROCURADO

REINTEGRADO AO SERVIÇO  
POSTAL EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
  
EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_      CARTEIRO

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 5ª REGIÃO  
RUA DELGADO DE CARVALHO, 53 TIJUCA  
RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20260-280



Impresso  
Especial  
050200039-2/2001-DR/RJ  
**CRP - 5ª REGIÃO**  
...CORREIOS...